

1. OBJETIVO

1.1 Pensando na privacidade de seus funcionários, clientes e usuários, a Prozyn criou este Programa de Governança em Privacidade para gerenciar riscos no gerenciamento e tratamento de dados pessoais. De modo a garantir a segurança na comunicação e assegurar que o uso dos dados pessoais seja consciente e objetivo, com finalidades específicas e com riscos mapeados e sob controle.

1.2 Este trabalho foi desenvolvido nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados, “LGPD” (LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019, que dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).

2. ABRANGÊNCIA

2.1 Esta Política se aplica, em geral, a todos os Usuários e potenciais Usuários dos produtos e serviços oferecidos pela PROZYN, incluindo Usuários dos sites ou outros meios operados pela PROZYN e resume informações sobre o tratamento de dados pessoais, de acordo com as bases legais aplicáveis e todas as leis de privacidade e proteção de dados em vigor.

2.2 As operações de tratamento são destacadas a seguir, e abrangem qualquer atividade que utilize um dado pessoal na execução da sua operação.

3. DEFINIÇÕES

I. Dados Pessoais: quaisquer informações fornecidas e/ou coletadas pela PROZYN, por qualquer meio, ainda que públicos, que:

- a.** Identifiquem, ou que, quando usadas em combinação com outras informações tratadas pela PROZYN identifiquem ou tornem identificável um indivíduo; ou
- b.** Por meio dos quais a identificação ou informações de contato de uma pessoa física possam ser derivadas. Os dados pessoais podem estar em qualquer mídia ou

formato, inclusive registros eletrônicos, bem como em arquivos baseados em papel.

II. Dados Pessoais Sensíveis: dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculados a uma pessoa natural.

Usuário: todas as pessoas físicas que utilizarão ou visitarão o site, maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipadas e totalmente capazes de praticar os atos da vida civil ou os absolutamente ou relativamente incapazes devidamente representados ou assistidos.

III. Acesso: ato de ingressar, transitar, conhecer ou consultar a informação, bem como possibilidade de usar os ativos de informação de um órgão ou entidade, observada eventual restrição que se aplique.

IV. Bases legais: fundamentação legal que torna legítimo o tratamento de dados pessoais para uma determinada finalidade prévia por parte da PROZYN;

V. Coleta: recolhimento de dados com finalidade específica;

VI. Armazenamento: ação ou resultado de manter ou conservar em repositório um dado; **Eliminação:** ato ou efeito de excluir ou destruir dado do repositório;

VII. Finalidade: o objetivo, o propósito que a PROZYN deseja alcançar a partir de cada ato de tratamento das informações pessoais

VIII. Consentimento: autorização expressa e inequívoca dada pelo Usuário titular do dado pessoal para que a PROZYN trate seus Dados pessoais para uma finalidade previamente descrita, na qual a base legal necessária para o ato demande a autorização expressa do titular; **Modificação:** ato ou efeito de alteração do dado;

IX. Necessidade: justificativa pela qual é estritamente necessário coletar dados pessoais, para atingir a finalidade, evitando-se a coleta excessiva;

X. Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

XI. DPO (Data Protection Officer): pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

XII. Operador: pessoa natural ou jurídica, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

XIII. Incidente de Violação: circunstâncias em que ocorreu a violação de segurança de dados pessoais, por exemplo, perda, roubo, cópia, vazamento, dentre outros.

4. DIREITOS DOS TITULARES

A LGPD estabeleceu uma estrutura legal que empodera os titulares de dados pessoais, fornecendo-lhes direitos a serem exercidos perante os controladores. Esses direitos devem ser garantidos durante toda a existência do tratamento dos dados pessoais do titular.

Na qualidade de titular de dados pessoais e intransferíveis, o Usuário pode exercer os seguintes direitos previstos na LGPD:

- i. Obtenção de confirmação do tratamento de seus dados pessoais;
- ii. Acesso aos seus dados pessoais;
- iii. Retificação de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- iv. Anonimização, bloqueio e eliminação de dados desnecessários, excessivos ou em desacordo com a legislação;
- v. Portabilidade;
- vi. Informação sobre os terceiros com quem seus dados são compartilhados;
- vii. Informação sobre a possibilidade de não fornecer o seu

consentimento para determinado tratamento de dados e seus efeitos;

- viii. Revogação do seu consentimento e eliminação dos dados a ele relacionados;
- ix. Exclusão de alguns dos seus dados pessoais, como por exemplo nos casos em que não são mais necessários à prestação dos serviços;
- x. Solicitação de cópia dos dados pessoais fornecidos, em um formato legível, sob a forma impressa ou por meio eletrônico.

As solicitações supramencionadas devem ser feitas mediante contato com o DPO da PROZYN, através do e-mail: dpo@prozyn.com.br.

5. COMPARTILHAMENTO E TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS

5.1 As operações de tratamento abrangem qualquer atividade que utilize um dado pessoal na execução da sua operação, como por exemplo: coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

5.2 A PROZYN poderá divulgar os Dados pessoais coletados a terceiros, nas seguintes situações e nos limites exigidos e autorizados pela lei:

- i. Com os seus Administrados e parceiros quando necessário e /ou apropriado à prestação de serviços relacionados;
- ii. Com as empresas e indivíduos contratados para a execução de determinadas atividades e serviços em nome da PROZYN;
- iii. Com fornecedores e parceiros para consecução dos serviços contratados com a PROZYN (como tecnologia da informação,

contabilidade, entre outros);

- iv. Para propósitos administrativos como: pesquisa, planejamento, desenvolvimento de serviços, segurança e gerenciamento de risco;
- v. Quando necessário em decorrência de obrigação legal, determinação de autoridade competente, ou decisão judicial.

5.3 Nas hipóteses de compartilhamento de dados pessoais com terceiros, todos os sujeitos mencionados nos itens acima deverão utilizá-los de maneira consistente e de acordo com os propósitos para os quais foram coletados (ou com os quais o Usuário consentiu previamente) e de acordo com o que foi determinado por esta Política de privacidade, outras declarações de privacidade de website ou países, e todas as leis de privacidade e proteção de dados aplicáveis.

5.4 Sempre que você acessar e utilizar a nossa plataforma de serviços, a Prozyn receberá e armazenará automaticamente informações, incluindo seu endereço IP, informações de cookies, que serão relacionadas com as informações pessoais que você fornece.

5.5 PROZYN disponibilizará suas informações pessoais, sem aviso prévio, somente em caso de: (a) legislação, regulamentação, processo legal ou solicitação governamental aplicável; (b) cumprir investigação de possíveis violações; (c) fraude ou por segurança; ou (d) proteger contra dano aos direitos, a propriedade ou a segurança da Prozyn, nossos usuários ou o público, conforme solicitado ou permitido por lei.

5.6 PROZYN efetuará o cadastro do usuário, mantendo em seu sistema os registros específicos das Transações efetuadas.

6. MOTIVOS LEGAIS PARA A DIVULGAÇÃO DE DADOS

6.1 A PROZYN apenas trata dados pessoais em situações em que está autorizada legalmente, quais sejam:

- i. Mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;

- ii. Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- iii. Quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;
- iv. Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);
- v. Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;
- vi. Para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde ou serviços de saúde;
- vii. Quando necessário para atender seus interesses legítimos ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais;

7. CONFIDENCIALIDADE

7.1 A PROZYN tem um compromisso com privacidade de seus usuários e se esforça ao máximo para garantir o sigilo das informações que lhe são compartilhadas. Seus processos, seu site e seu aplicativo foram estabelecidos de acordo com as melhores práticas de segurança da informação, de forma a preservar os dados pessoais, que são armazenados em servidor seguro e somente podem ser acessos por pessoas autorizadas.

7.2 A PROZYN cientificará os respectivos usuários sobre eventuais demandas legais que resultem na divulgação de informações pessoais, a menos que tal cientificação seja vedada por lei ou proibida por mandado judicial ou, ainda, se a requisição for emergencial. A PROZYN poderá contestar essas demandas se julgar que as solicitações são excessivas, vagas ou feitas por autoridades incompetentes.

8. SEGURANÇA DE INFORMAÇÕES PESSOAIS

8.1 Todos os dados pessoais são guardados na base de dados da PROZYN ou em bases de dados mantidas pelos fornecedores de serviços contratados por ela própria, os quais estão devidamente de acordo com a legislação de dados vigente.

8.2 A PROZYN e seus fornecedores empregam todos os esforços para manter os dados pessoais em confidencialidade e adotam medidas técnicas e administrativas para proteger seus processos e dados pessoais, prevenindo a ocorrência de eventuais danos, em virtude do tratamento destes dados. Tais medidas incluem, mas não se limitam, à criptografia dos dados, controles de acesso, backups diários e certificados de segurança.

8.3 Embora a PROZYN adote medidas de proteção física, técnica e administrativa para proteger os dados pessoais contra divulgação não autorizada, mau uso ou alteração, o usuário entende e concorda que não há garantias de que não haverá qualquer incidente de violação.

9. RETENÇÃO DE DADOS

9.1 A PROZYN retém todos os dados fornecidos, inclusive os pessoais, enquanto o cadastro do usuário estiver ativo e conforme seja necessário para consecução de seus serviços, armazenando-os até que a PROZYN eventual requerimento de exclusão, ou de acordo com a previsão legal.

9.2 A PROZYN poderá manter os dados pessoais após o recebimento do pedido de exclusão ou após findos os prazos estabelecidos em lei, caso seja necessário para cumprimento de obrigações legais, resolução de conflitos, manutenção da segurança, coibição de fraudes e abuso, e para garantir o cumprimento de contratos.

10. DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes será realizado com o consentimento específico e destacado de pelo menos um dos pais ou do responsável legal.

Dispensar-se-á o consentimento quando a coleta de dados da criança ou adolescente for necessária para sua proteção e/ou para realização de contato com pais ou o responsável legal.

Ocorrendo tais circunstâncias, os dados deverão ser utilizados exclusivamente para esta finalidade e não serão armazenados, tampouco repassados a terceiros sem que haja o consentimento de pelo menos um dos pais ou do responsável legal.

11. PROTEÇÃO DO USUÁRIO

Tais interesses incluem proteger o Usuário e a PROZYN de ameaças, cumprir a legislação aplicável, o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, habilitar a realização ou administração dos negócios, incluindo controle de qualidade, relatórios e serviços oferecidos, gerenciar transações empresariais, entender e melhorar os negócios e relacionamentos com os clientes e permitir que os usuários encontrem oportunidades econômicas.

O Usuário tem o direito de negar ou retirar o consentimento fornecido à PROZYN, quando esta for a base legal para tratamento dos dados pessoais, podendo a PROZYN encerrar a consecução de seus serviços para este usuário de ocorrência de tal solicitação.

Na qualidade de titular de seus dados pessoais e intransferíveis, você pode exercer os direitos previstos na legislação brasileira de proteção de dados pessoais, notadamente, a Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

O Usuário pode fazer as solicitações listadas acima entrando em contato com o nosso DATA PROTECTION OFFICER por meio do e-mail dpo@prozyn.com.br e estes pedidos serão considerados de acordo com as leis aplicáveis.

12. COMPLIANCE

A PROZYN prioriza a contratação de parceiros que também estejam submetidos ao mesmo padrão legal de proteção de dados pessoais.

O site da PROZYN poderá conter links para aplicações ou sites de terceiros que possuam políticas de coleta e tratamento de dados diferentes das suas, cabendo ao Usuário analisar os termos e condições de tais políticas antes da utilização

13. CONSENTIMENTO À POLÍTICA

Ao utilizar o site e fornecer as informações pessoais nas plataformas da PROZYN, o usuário consente com a presente Política de Privacidade.

O usuário, ao cadastrar-se, manifesta conhecer e pode exercer seus direitos de cancelar seu cadastro ou atualizar seus dados pessoais e garante a veracidade das informações por ele disponibilizadas.

O usuário tem direito de retirar o seu consentimento a qualquer tempo, para tanto deve entrar em contato com a PROZYN, por meio de seu DPO.

14. REVISÕES À POLÍTICA

Caso a PROZYN modifique esta Política de Privacidade, tais alterações serão publicadas de forma visível no site da PROZYN.

15. MEDIAÇÃO E FORO DE ELEIÇÃO

Esta política está sujeita à Lei da República Federativa do Brasil, especialmente a LGPD, independentemente das Leis de outros estados ou Países, e o Foro da Comarca de São Paulo é competente para dirimir qualquer controvérsia com relação à mesma.

Em caso de incidente com dados pessoais, a PROZYN, desde já, se reserva a nomear a ANPD ou outras entidades aptas para dirimir as questões envolvendo os usuários titulares dos dados, nos termos do artigo 52 da Lei Geral de Proteção de Dados.

16. CANAL DE CONTATO PROZYN

A PROZYN nomeou o DATA Protection Officer (DPO).

Caso tenha alguma dúvida sobre o tratamento de seus dados pessoais ou queira falar conosco sobre esta Política de Privacidade e seus direitos, por favor, entre em contato com nosso DPO através do e-mail: dpo@prozyn.com.br.

Dentre as atribuições do DPO estão:

- 16.1** Receber reclamações dos Administrados sobre uso indevido de dos dados;
- 16.2** Prestar esclarecimentos e adotar providências para sanar problemas ligados ao tema;
- 16.3** Receber comunicações e responder às Autoridades Legais, em especial à Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Política de Privacidade criada em: Abril/2023